

Os índios não foram ouvidos. Por que?



Nambikwara, um destino já traçado. (Foto Ana Lange)

Um grupo de avaliação não-governamental para o Projeto Polonoeste, financiado pelo Banco Mundial, faz parte dos planos de estudos e defesa do povo Nambikwara, preconizados pelo **Cultural Survival** e o **Anthropology Resource**. Muito embora a idéia tenha sido lançada em julho último, soube-se, no Território de Rondônia (região diretamente beneficiada com mais de 40 milhões de cruzeiros para o asfaltamento da BR-364 - Cuiabá-Porto Velho), que os dois antropólogos anteriormente previstos para o acompanhamento do projeto, teriam sido dispensados.

Num momento decisivo para o futuro daquele povo indígena, o **Survival** sugeriu que esse grupo de avaliação não-governamental deveria ter duas importantes funções. E as enumera: 1 - prover informação confiável e evidência concreta sobre programas e política da Funai na região; 2 - assistir e colaborar com o Conselho Indígena na avaliação do projeto.

O coordenador do Projeto da Amazonia do **Anthropology Resource Center**, Robin Wright, e o diretor do **Cultural Survival**, Jason Clay, chegam a sugerir que os interessados na problemática não percam tempo e escrevam para o Banco Mundial (Robert Skillings, The Brazil Desk, The World Bank, 1818 H St., NW, Washington, DC 20433), enviando sugestões que digam respeito aquilo que, em sua opinião, julgam ser de maior relevância para as populações indígenas que vivem na área do Projeto Polonoeste.

MOMENTOS DE REFLEXÃO

"O Banco estará formando sua opinião nas próximas semanas, e sua decisão final é esperada provavelmente para setembro ou outubro", alertam Wright e Clay, argumentando que um grupo interessado na problemática poderia ser constituído de antropólogos e indigenistas, advogados e pessoal médico, agentes e ex-agentes indigenistas da Funai, e missionários. Os membros do grupo poderiam ser indicados por organizações, no Brasil, vinculadas ao problema.

Em março deste ano, o **Porantim** denunciava que

"o Banco Mundial tem sido um instrumento subserviente da política norte-americana de controle político e econômico dos países do Terceiro Mundo, portanto, os seus empréstimos tendem a reforçar a dependência desses países aos Estados Unidos".

Mais além, ao reconhecer que a estrada já estava sacramentada, cortando as terras dos Nambikwara, o jornal acusou o Banco de utilizar uma linguagem falsamente progressista, demonstrando uma preocupação com a "pobreza absoluta" das massas rurais dos países subdesenvolvidos. E lembrava as palavras do ex-presidente do Banco, Robert Mc Namara: "a tragédia dos que vivem na pobreza absoluta é que se encontram enquadrados num conjunto de circunstâncias sociais e econômicas das quais não podem escapar pelo próprio esforço". Daí, concluiríamos, os financiamentos do **Bird** seriam para eliminar os focos de pobreza (?). Mas o Banco admite que "os pobres seguirão sendo pobres, porque sendo pobres, dadas as condições objetivas da classe que não se questionam, não podem deixar de ser pobres. Estão condenados".

Por que o momento é de reflexão?

— O povo Nambikwara, habitando as matas do Vale do Guaporé, entre Rondônia e Mato Grosso, ocupava no início do século uma área de 5.500 hectares, com uma população aproximadamente de 20 mil índios. Atualmente, apresenta uma população estimada em 570 índios, divididos em pequenos grupos por todo o Vale e Serra do Norte. Com os dólares do Banco Mundial, o que vai sobrar desses índios? Pouco ou nada! Não há como fingir. Apesar disso tudo, a presidência da Funai anunciou à imprensa, em agosto último, que "assistirá aos índios durante o asfaltamento do novo traçado da Br-364", colocando 72 pessoas trabalhando na reserva da tribo como técnicos de ensino, auxiliares de enfermagem, motoristas, trabalhadores rurais e assistentes administrativos. É apenas um calmanete para depois ela compactuar do golpe fatal, que é o desvio da estrada para dentro das terras indígenas uma das tragédias brasileiras da década de 80.

CONSELHOS TARDIOS?

Segundo o **Survival**, "o Banco Mundial insistiu em que o Brasil apresen-

verdade para as regiões habitadas por populações indígenas, uma vez que estas têm maiores probabilidades de serem afetadas de maneira que são passíveis de previsão por nossa parte".

E acrescentam: "As populações indígenas são frequentemente as únicas especialistas em suas próprias regiões, particularmente em assuntos como relações inter-grupais, uso da terra e limite de sua utilização, ecologias etc. Portanto, é crucial fazer um esforço sistemático para contactar todos os

indígenas na região afetada pelo projeto, consultando-os da maneira mais ampla e representativa. Os representantes indígenas poderiam contribuir para a garantia de que os projetos serão desenvolvidos de maneira a promover a dignidade indígena, sua prosperidade e autonomia. Em particular, representantes indígenas poderiam oferecer contribuições inestimáveis ao projeto nos setores de educação, desenvolvimento econômico, demarcação de terras e saúde".

Na Bacia Amazônica:

Barragens atingirão 27 mil índios

O programa de construção de hidrelétricas na Bacia Amazônica, sob responsabilidade da empresa estatal Eletronorte, atingirá cerca de 27 mil índios dos 220 mil índios do Brasil. Este é o resultado do levantamento da Funai que prepara assim o cálculo dos povos que terão suas terras inundadas pelas barragens, ameaçados de morrer pelas doenças ou de serem desterrados para longe de suas terras tradicionais. A Funai, por sua conta, fez um levantamento da situação já denunciada inúmeras vezes pelas entidades de apoio ao índio, pelo Cimi e antropólogos. Agora o órgão tutor não pode alegar ignorância a respeito do difícil futuro que aguarda os povos indígenas.

De acordo com o estudo da Funai, somente a barragem que será construída no rio Madeira, segundo levantamentos preliminares, poderá exigir o deslocamento de 5.946 indígenas de 55 aldeias. Serão atingidos os Mawé, Karitiana, Mura, Parintintin, Mura-Pirahã, Munduruku.

A hidrelétrica que será construída na bacia do rio Negro, com cronograma previsto para 1990-1994, atingirá 5.687 índios e 78 aldeias. A Funai informa que oito grupos indígenas ainda isolados, que não tiveram qualquer contato com os brancos serão atingidos pelas barragens. Os povos conhecidos que poderão ser submersos pelas águas são os Tukano, Tariano, Piratapuia, Cubeo, Tuiuca, Maku, Dessano, Yanomami.

COTINGO

A hidrelétrica do Cotingo em Roraima ameaça diretamente 58 aldeias e 3.950 índios de terem suas terras alagadas e transferidos para lugar incerto. Os povos que estão com os dias contados são os Macuxi, Wapixana, Taurepang e Ingarikó. A hidrelétrica está prevista para 1981-1989.

A hidrelétrica de Tucuruí, com a construção já iniciada, atingirá o povo Parakanã que conta com uma população de 175 pessoas. Assim como a hidrelétrica de Cachoeira Porteira, no Pará, atingirá os Wai Wai, Katuena, Hixkaryana, Xerieu, Tiriyó, Mawayana. O número aproximado de índios a serem afetados pelas barragens é de 700 pessoas.

Os povos indígenas não devem mais pagar com suas vidas e a perda de suas terras para que sejam construídas essas hidrelétricas. Não se pode aceitar soluções que violem os direitos históricos desses povos a viverem como grupo em suas terras tradicionais. Tudo indica que a FUNAI estará presente para evitar atritos com as obras, consideradas irreversíveis. Sendo assim, a Funai comparecerá para enterrar os índios afogados pelas águas do dilúvio hidrelétrico ou jogá-los para outras áreas.

Data: 20/1/81

Pg: 15

Fonte: *Porantim*

Class: 222

Povos Indígenas no Brasil

CEDI